

Cancela do golpe

VILLAS-BÔAS CORRÊA*

A imagem que boa parte da população tem de um deputado é, simplesmente, a de um ladrão. Quanto essa imagem contribui para estimular a anulação do Legislativo é uma questão empírica, mas é intuitivo aceitar que é mais difícil fechar um Legislativo que goza de alta legitimidade do que um que goza de baixa legitimidade.

O texto acima é a transcrição, apenas com a mudança dos tempos de verbo do passado para o presente, de trecho do capítulo "O Golpe de 64", de autoria de Gláucio Ary Dillon Soares, do excelente *21 Anos de Regime Militar*, recém-lançado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, que, como o título indica, se propõe a amplo balanço da Redentora, das suas origens à melancólica despedida, num desfile de autores que cuidam com alta competência dos dez temas selecionados. Mas antes da transparente conclusão que o confronto sugere, vale a pena resumir mais algumas linhas das argutas observações de Gláucio Soares. Copiamos os tópicos mais sugestivos.

Lembra, por exemplo, que "a péssima imagem pública do político que, afirmamos, existia antes do Golpe de 64, não é uma criação da imaginação sociológica: várias pesquisas, realizadas pouco antes, revelaram a existência de uma imagem muito deteriorada do político e da 'política'. Uma dessas pesquisas, entre 466 moradores do então Estado da Guanabara, ouvidos pelo Usis, comprova a preocupação prioritária com a corrupção e a desonestade na política, muito mais intensa e generalizada do que a atenção com assuntos da gravidade da eficiência do governo, a liberdade individual, a justiça social ou o recorrente apelo à união nacional.

Outra amostragem em grupo restrito pesquisou candidatos ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em 63/64, oriundos de quase todos os estados. Confirmou-se o conceito desqualificante que os jovens tinham dos políticos, refletido no percentual de 36% dos que concordavam com a afirmação injuriosa e terminante de que "todo político é ladrão e os que não eram ficam sendo depois de eleitos".

Para deixar claro que estou pegando carona em bonde alheio, vai a transcrição em chamada no pé de página: "Infelizmente, no momento em que revejo esta seção (novembro e dezembro de 1993) a credibilidade dos políticos brasileiros voltou a ser bastante baixa".

Alguém duvida que os índices de rejeição duplicaram de 64 para cá? E que nunca foi mais veemente a indignação com a atividade política, paradoxalmente em raro momento de popularidade do presidente Itamar Franco, inflada pelo sucesso do real?

Em 64, a onda de repulsa e nojo pela política, o desprestígio do Legislativo, o desprezo pelos partidos, pelos parlamentares, arrebentou na praia do golpe. Claro que não foi a causa única. Não se mobiliza a opinião pública nem se retira os militares dos quartéis apenas para fechar o Congresso e preservar o regime.

Mas se as vagas cíclicas de desmoralização do Legislativo — alvo exposto na redoma de vidro do palácio da Praça dos Três Poderes — não levam necessariamente a colapsos da exceção, sem dúvida que facilitam as coisas. O quadro se compõe com o fundo de crise, na complexidade de fatores agravantes. Inflação em disparada ajuda muito.

Agora, por exemplo, é preciso firmar a vista arregalada pelo medo para que a memória da retina identifique semelhanças, assim como quem recolhe advertências para reforçar cautelas. A indigestão de 21 anos de arbítrio recomenda dieta para prevenir recaídas. Véspera de eleição, a campanha entrando na reta final da emoção, esconjura fantasmas.

Mas os minutos do privilegiado horário de propaganda eleitoral, assegurados ao Enéas pela legislação tão distraída, escancaram quatro vezes por semana a janela arrepiante do alarme. Pois o que explica o indiscutível êxito daquela gritaria barbuda, à gesticulação frenética pregando as velhas e clássicas receitas da ditadura? O governo forte, centralizador, intervencionista, impondo a ordem, a disciplina custe o que custar, implacavelmente? Parece a caricatura do fascismo. É insensato divertir-se com os surpreendentes 4% do destrambelhado fenômeno, praticamente empurrado com Brizola e Quêrcia e na frente do Amin em todas as pesquisas.

O pior é que não há nenhuma esperança de que as urnas revertam perspectivas. Ao contrário. O voto ruge ameaças e promete terríveis vinditas. Desde o desdém da abstenção, o protesto do eleitor que se desliga, banido pelo nojo, até o xingamento do voto que se anula no palavrão que amortece no registro dos totais da frieza dos mapas eleitorais.

O que sobra, e pode ser à minoria, esboça projeto de Congresso caótico. A renovação punitiva não seleciona: mistura no mesmo saco o parlamentar honrado e cumpridor dos seus deveres e que merece ser reeleito com o malandro, suspeito de envolvimento nos escândalos ou que pratica a desonestade da gazeta, o safado que embolsa subsídios, lâmbuza das vantagens e mordomias sem trabalhar. A renovada representação parlamentar promete reincidir na desobediência partidária, bando sem liderança e sem bandeira.

Com tais ingredientes avia-se qualquer receita. Basta o repique de crise, nuvens no cenário internacional, a virada no ciclo dos modismos continentais, a explosão da desordem urbana, espontânea ou induzida, alguns nós a mais na corda do desespero, um Enéas fardado ou mesmo paisano e a desatenta platéia será atendida no pedido de bis do filmeco em preto e branco — mais em preto do que em branco —, gasto e arranhado de tantas reprises.

caricatura do
fascismo?

O que explica
o êxito da
gritaria e da
gesticulação
de Enéas, uma